

ANIMA BRASILIS
UMA CONVERSA SOBRE A ALMA ADORMECIDA 508 ANOS DEPOIS

Paulo Milhomens
Mestrando em Ciências Sociais (UFRN)

O artigo busca uma reflexão acerca de um livro-entrevista temático sobre as interpretações relacionadas ao caráter nacional brasileiro a partir da Psicologia Analítica de C. G. Jung num viés histórico-sociológico e cultural.

Palavras-chave: Brasil – Inconsciente – Anima – Arquétipo.

O segredo da busca é que não se acha.
Fernando Pessoa

Mãe Tupinambá, pai português. Pode-se falar em alma brasileira? Existiu (ou existirá) uma “Cultura Brasileira” no plano ontológico, como discute o analista junguiano Roberto Gambini e a jornalista Lucy Dias? Alma de mulheres índias parindo *curumins-iberos*, lusitanos desterrados, impregnados de um fantasma católico... Dizem os autores: “Esse menino...” Um pária, fruto do acaso, um *largado*, como reflete o historiador Carlos Guilherme Mota.

O presente texto se propõe a refletir a obra *Outros 500. Uma conversa sobre a alma brasileira* (1999), quase dez anos após sua publicação. Um diálogo simples entre duas pessoas torna-se longa entrevista editada em forma de livro. Parte da jornalista Lucy Dias o que o psicólogo Gambini também se compromete a pensar: de fato, carregamos no imaginário nacional, em múltiplas formas, uma alma? E que tipo de alma? Publicado às vésperas das “comemorações” dos 500 anos do “descobrimento”, o livro é um exercício de rejeição aos paradigmas de nossa cultura, ao auto-engano, a farsa da “boa preguiça”, uma cutucada nas vísceras históricas escondidas. Em outras palavras, um olhar lúcido e sincero sobre a inércia brasileira em relação a seus arquétipos. Estes, sempre glorificados em tempos de Carnaval e Copas do Mundo. Funções do inconsciente coletivo que nos representam nos cartões postais através de nádegas de mulheres de pele bronzeada em amistosas praias litorâneas.

Aqui, o Brasil sai do berço esplêndido e deita-se no divã psicanalítico, convidando-nos a fazer o mesmo, como analistas-analisandos. Uma natureza original, sincrética, mista, nova em parâmetros de civilização, incapaz de pensar a si como fruto de uma possibilidade humana heterogênea, rica:

Eu sinto que no Brasil a miscigenação é sentida como perda (...) A nostalgia da eugenia, da pureza perdida, continua presente. Por baixo do pano existe sempre um movimento para tentar uma caricatura de pureza, o que significa não aceitar profundamente o que resulta dessa mistura, inclusive o seu lado extremamente criativo e inovador (GAMBINI, 1999:200-01).

Possuímos um rico desprezo e culto por tudo aquilo que nos forma socialmente? Reportemo-nos à Senzala de escravos africanos como impura, aos moldes da Casa-Grande nas sociedades de engenho do nordeste brasileiro. Tais espaços produziram cultura não reconhecida, mas insaciavelmente consumida pelo olhar moralista dos padres jesuítas católicos, ávidos por cristãos novos.

Talvez já soubessem da complexidade das culturas milenares aqui existentes e do minúsculo mundo europeu distanciado e marcado mentalmente pelo Tribunal do Santo Ofício. Através de suas projeções psíquicas, as “terras novas” passaram a ser propriedade da Coroa. O insurgente território americano não recebeu a categoria, tampouco o *status* de senhor do seu destino. Não havia *know-how* para as novas almas cristãs paridas na Província de Santa Cruz.

Dias e Gambini partem dos complexos que acompanham o imaginário brasileiro. Essa é a advertência: “ausência de caráter nacional”? Tempo de reler Dante Moreira Leite, Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado...

As interpretações do Brasil seguem. Ganham contornos e destaque, servem como desafios às novas gerações das Ciências Sociais. Adversidades sócio-econômicas, uma representação continental mitificada? Eis um dilema entre tantos outros: o *Brasil Nação*. Sim, bom momento para lembrar Manoel Bomfim, importante pensador do início do século XX, capaz de renegar a política eugênica de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. Remetia as origens dos problemas sociais do país à escravidão, capaz de arruinar a auto-estima de um povo em 400 anos de genocídio moral, físico e psicológico.

O Brasil continua coletivamente com seu inconsciente colonizado. Nas relações de poder ainda persiste a soberania não-mestiça. A mídia publicitária, as telenovelas, revistas de moda, as representações institucionais e jurídicas conservam uma democracia étnica abstrata, falseada. Nas academias brasileiras, por exemplo, ainda não há espaço para o(a) intelectual negro(a) ou índio(a). Talvez, por sermos domesticados a perceber uma compensação peremptória aos excluídos e condicionados de sempre: aqueles(as) que vieram para trabalhar nas lavouras do latifúndio mercantil e os(as) estuprados(as) desmerecedores de alma própria. Preferimos referências da *École des Hautes Études de La France* à Paris VIII. Ainda é mais viável pensar enquanto colônia.

Necessário, sim, expor abertamente as vísceras. No país do carnaval, do samba, do futebol, de malandros e heróis, há quem enalteça tais estereótipos. Estamos cobertos por defesas somatizadas, como um grande fantasma, da mesma forma que uma aparição amedrontando Hamlet no corredor sombrio ao ver a aparição do espírito do pai.

Colocar nossos problemas no divã é o primeiro passo. O choque dos antagonismos seria menos doloroso:

Mas a cara do Brasil ainda é a do horror social, com quase 64 milhões de excluídos, divididos em 15 milhões de pobres, 24 milhões de despossuídos e 25 milhões de miseráveis. Para reverter esse quadro, deveríamos lutar pelo direito a escolas públicas como uma expressiva elite lutou, no século XIX, pelo fim da escravidão (DIAS, 1999: 2002).

O Brasil concentra estatísticas não tão distantes de seu período colonial e monárquico:

Podemos dizer então que o país tem hoje quase 64 milhões de escravos. É a nossa forma contemporânea de escravidão (GAMBINI, 1999:203).

Vemos então um monstro paralisado (e que somos todos nós), um país emergente. O governo de Luís Inácio Lula da Silva (faço referências a este grande brasileiro) nos últimos oito anos, paralelamente, tem demonstrado outras possibilidades de Brasil ainda não presentes quando a obra foi editada. Falando na expansão de políticas públicas para mulheres, crescimento econômico, melhorias na educação, maior poder aquisitivo e consideráveis melhorias de vida entre as camadas mais baixas da população, é um fato. Mas, quais os nossos medos? O que nos torna tão especiais ou exóticos aos olhos do “gringo”? Vivemos a eterna antagonia negação/valorização? Mas porque projetar o temor em um tipo brasileiro como Luís Inácio nas linhas imaginárias de uma elite incapaz de reconhecer o trajeto de sua origem? Lula é natural das camadas excluídas. As mesmas que sempre foram exploradas por uma elite que não reconhece uma tradição ibérica e ojeriza este passado. Elite esta que desistiu de um projeto nacional, de um caráter.

O mito brasileiro, seja qual for, não pode ignorar Portugal. Quando olhamos para os grandes mitos gregos vemos desfilar histórias de pais e filhos, monstros vencidos, maldições, guerras ganhas. O mito historiciza, trabalha com a passagem das gerações, simboliza estágios de transformação da cultura – os Ciclopes, os Titãs, Cronos, Zeus... Não são grandes figurações das transformações da consciência? Valem até para hoje. Quer dizer, o mito é tão profundo que perdura mais de dois, três mil anos (GAMBINI, 1999:100).

Somos como um colossal monstro do doutor Frankenstein? Os mitos do Brasil, hoje, certamente não são totalmente indígenas, africanos ou ibéricos. Nosso problema, talvez, esteja na aceitação popular do sincretismo. Quer dizer, até nos mitos temos que ser “cadinho”, conforme o analista Gambini.

Ouvimos que nascemos em berço esplêndido, que tudo isso é muito especial e muito rico. O país do carnaval, conforme inspirações do escritor Jorge Amado. Somos um povo heróico e corajoso e que um grande futuro nos espera. Há um evento mágico no futuro e, com nós nascemos em berço esplêndido, estamos fadados a pensar como um príncipe nascido em berço de ouro, e que mesmo estando no exílio, um dia vai retornar a coroa que por direito lhe cabe. No fim, tudo vai dar certo...

A negação da alma indígena através da projeção ibérica é um dos grandes embates do livro. Fazemos uma retrospectiva à antiga civilização grega: a idéia de barbárie designava qualquer coisa “estranha” às Cidades-Estado. Na mitologia judaico-cristã estruturou-se um conjunto de saberes seculares apoiados nesta cosmovisão, posteriormente alimentando católicos nas terras “descobertas”. Se pudermos utilizar uma expressão mais adequada, valeria desaparecimento da alma indígena neste oceano inconsciente. Qualquer brasileira/a terá dificuldade em identificar-se (projetar-se no tempo) enquanto índio Tupinambá.

Essas imagens foram enterradas, mas não encontramos no esconderijo do inconsciente a localização exata para desenterrá-las. No Brasil, há diversas referências indígenas em nomes de ruas, bairros, cidades, mas não há estátuas de Tupã esculpidas em mármore ou bronze nas paisagens urbanas do país.

O primeiro ponto de partida, talvez, para pensarmos uma origem de caráter temporal (através da cronologia histórica) reside nestes fundamentos construídos por milenares povos aqui localizados e não legitimados pela espada do “conquistador”.

Se o brasileiro/a de forma geral nunca pensou na origem de sua *alma* não poderá libertar-se das mesmas imagens arcanas no divã. Falo pela liberdade de pensar por si, conduzindo sua individualidade, compreendendo os arquétipos que nos impedem a travessia para uma consciência plena dessa alma. Essa *pedra filosofal* nos daria um outro nível de consciência coletiva, gestaria outros olhares sobre os saberes que carregamos em nós mesmas/os. Assim, as sombras seriam conscientizadas nesta inconsciência coletiva, possibilitando outras construções imaginárias.

Por exemplo, seria resistir à idéia de que o brasileiro/a é preguiçoso, indolente, um eterno Macunaíma, herói sem nenhum caráter, rico personagem de Mário de Andrade, sem natureza definida. Eis o dilema: em nenhum momento ele/ela foi levado a crer que fosse capaz de guiar seu próprio destino. Daí nasce o mito do “anti-herói” brasileiro, entre proeza e lacaísmo. Fundem-se outros adjetivos: destreza, jeitinho, desonestidade, indisciplina, ingovernabilidade...

Quando Dias e Gambini discutem tal negação, perceberemos como a referência da alma feminina sobre nós é praticamente nula. Só ficaram os arquétipos. Nesta direção junguiana, podemos tentar entender os porquês do homem brasileiro anular sua parte feminina da *alma*. Não construímos uma representação feminina para o masculino, isto ainda é vergonhoso, “frágil”, dantesco. Falar de violência contra mulheres no Brasil, em certas instâncias jurídicas, lembra um julgamento inquisitorial: tal inconsciente, vez ou outra, rememora na fala de um delegado ou juiz a consolidada ordem “natural” e hierárquica dos sexos: os arquétipos do fundamento patriarcal, jesuítico, estão presentes.

Um escritor e sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre, publicou em 1933 uma das mais importantes obras do pensamento brasileiro de sua época: *Casa-Grande & Senzala*. O tema central deste longo ensaio é a formação da sociedade colonial através do *plantation* de açúcar no nordeste, base patriarcal e escravagista portuguesa entre os séculos XVI e XVII.

Freyre apóia-se em teorias sociológicas de autores como Franz Boas para compor suas teses sobre raça e cultura, interpretando fusão étnica e clima tropical como elemento amenizador da violência colonial. Durante anos, suas idéias eram inquestionáveis na academia brasileira, modelo que começou a modificar-se na década de 1980, quando novas teorias sociais passaram a discutir o caráter nacional brasileiro sob aspectos mais abrangentes, como estudos de gênero, família e sexualidade.

Ao utilizar os conceitos de psicologia analítica de Carl Gustav Jung, propõe-se uma leitura sobre nosso passado e inconsciente coletivo. Uma tentativa lúcida de entendimento ao gigante e suas contradições. O mesmo gigante jovem, antigo, “exótico”, misto, cosmopolita.

A estrutura do arquétipo pela via de Jung, corresponde a todos os saberes retidos pela humanidade, armazenados em nossa individualidade e coletividade, informações que vez ou outra brotam como impulsos, alicerces da tradição. Comportamentos sociais *arcaicos*, ora explodindo nas camadas da reação humana como vulcões em erupção: o patriarca reaparece nos impulsos cotidianos da cultura.

As relações do costume trazem projeções mentais violentas nas questões de gênero: a força física, máxima representação pátria dos discursos hierárquicos estabelecidos pelo sexo biológico insistem na sua perpetuação.

O mito arcano repousa nas imagens insondáveis, coletivizadas pela estrutura do país, imensamente católico, violentamente profano, deliberadamente (e, talvez naturalmente) antagônico por suas raízes formadoras. De todo modo, os autores atacam o ceticismo das elites, mas não coadunam totalmente com a visão pessimista do conjunto intelectual que proclamou tais profecias de um vasto território desmemorializado, inatingível em fronteiras imaginárias.

Sim, o gigante dorme em nós 508 anos depois da chegada de uma incerta caravela cabralina. Mas a chamada *civilização nova*, penso, reside mesmo aqui.

A reflexão trazida pelo livro pode ser interpretada como um dos olhares mais lúcidos sobre a *textura geral* de um país. Se naturalmente buscamos uma alma, algo que nunca pensamos ter com devida profundidade, o caminho proposto por Lucy Dias e Roberto Gambini pode ser um porto seguro.

Referências:

DIAS, Lucy & GAMBINI, Roberto. *Outros 500. Uma conversa sobre a alma brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

JUNG, Carl Gustav. *Fundamentos de psicologia analítica*. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 1978.